

Motins políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB

Political Riots and the Imperial
Historiography: the Insertion of an
Amazon Intellectual in the IHGB

Luciano Demetrius Barbosa Lima
Mestre em História pela
Universidade Federal do Pará (IFCH/
UFPA – Belém/Brasil) e professor
efetivo da Secretaria Executiva de
Educação (SEDUC)
e-mail:
dehistoriador@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho irá analisar aspectos da recepção do livro *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, do historiador Domingos Antônio Raiol. Sua narrativa, voltada para a descrição dos conflitos político-sociais no Pará entre as décadas de 1820 e 1830, também foi responsável diretamente pela inserção deste historiador e político paraense no seletivo grupo de intelectuais pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX. A partir deste pressuposto analítico, este artigo irá estudar este difícil percurso, caracterizado como um processo que envolvia muito mais que a capacidade intelectual.

Abstract

The article analyzes some aspects of the reception given to the book *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, written by the paraense historian and politician Domingos Antonio Raiol. Its narrative, focused on a description of the political and social conflicts in Pará between the 1820s and 1830s, was also directly responsible by inscribing Antonio Raiol into the select group of intellectuals who belonged to the nineteenth century Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Based on this assumption the article examines Raiol's difficult trajectory, which may be characterized as a process that went beyond his own intellectual ability.

Palavras-chave

Grão-Pará, monarquia, Segundo Reinado, história política

Keywords

Grão-Pará, monarchy, Second Reign, political history

1
RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.2. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970. p.414

2
Ibidem.

3
O paraense Domingos Antônio Raiol, que adquiriu o título nobiliárquico de Barão do Guajará em 1883, se constituiu num importante intelectual e político do Norte do Brasil em sua época. Filho de Pedro Antônio Raiol e D. Archangela Raiol, ele nasceu na cidade de Vigia, em 04 de março de 1830, estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Recife. Foi autor de diversos estudos e se constituiu num dos principais líderes do Partido Liberal no Pará, tornando-se, por indicação imperial, presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883). Faleceu em Belém no ano de 1912.

4
O 1º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

5
RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos...*, Op. Cit. Vol.1. p.7

6
Ibidem.

7
Ibidem.

8
Ibidem.

9
RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

10
Idem. *Abertura do Amazonas*. Belém: Tip. do Jornal do Amazonas, 1867.

11
Idem. Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará*, Belém, vol.1, 3º fasc., Imprensa Oficial, 1900.

12
Idem. Um Capítulo de História Colonial do Pará. *Revista de Estudos Paraenses*, Belém: Tip. do Diário Oficial. 1894.

13
Idem. Visões do Crepúsculo. *A Revista – Magazine ilustrado*, Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

14
Idem. Catechese de índios no Pará. *Annaes da Bibliotheca e archivo publico do Pará*, Belém, Tomo II, Imprensa Official, p.117-183, 1902.

Na segunda metade do século XIX, quando o regime Imperial no Brasil passava por grandes transformações, um jovem paraense, recém-formado em Direito pela Faculdade do Recife, e ainda iniciando suas experiências na vida parlamentar e intelectual, ressaltou num dos seus primeiros estudos que "tôdas as provinciais do império já têm a sua história (...) o Pará, entretanto, nada têm",¹ pois, entre os "próprios escritores nacionais se nota a ignorância em que geralmente se está acêrca dos acontecimentos desta província".²

Estas palavras, escritas por Domingos Antônio Raiol³ há mais de 140 anos, e inseridas num dos vários tomos⁴ da obra *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, vão muito além das críticas à suposta pobreza da produção intelectual na região. Elas deixam transparecer que para este autor um dos objetivos mais relevantes das narrativas históricas seria possibilitar o conhecimento mais profundo do passado provincial da Amazônia.

Apesar de fazerem parte de um discurso comum, em um contexto no qual o Brasil consolidava sua autonomia política e as elites nacionais enfatizavam a importância do estabelecimento de uma história nacional que seria constituída a partir de múltiplos estudos realizados nas diversas províncias, as colocações de Raiol são bastante esclarecedoras, pois favorecem o entendimento da importância atribuída por ele a esta obra.

Estudo elaborado em aproximadamente 25 anos (1865-1890), *Motins Políticos* foi organizado, de acordo com Raiol, em três partes: a "primeira compreende os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil".⁵ A 2ª "compreende os sucessos ocorridos desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I".⁶ E a última investiga "os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835".⁷ Por meio desse encaminhamento, o Barão de Guajará analisou o momento que considerava "mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais freqüentes as convulsões populares",⁸ durante o primeiro reinado e a fase regencial.

A trajetória político-intelectual de Domingos Antônio Raiol, não pode ser dissociada da elaboração de seu livro *Motins políticos* por várias razões. Primeiramente em virtude desse autor ter testemunhado ou participado de vários acontecimentos, desde o movimento cabano de 1835, quando foi uma das vítimas e ficou órfão. Posteriormente, atuando como político, passou pelas crises do segundo reinado, até o estabelecimento da República em 1889. Neste período, sua obra torna-se inseparável de sua experiência de vida, transformando-se posteriormente em fonte primordial para a historiografia que investiga o passado amazônico durante a primeira metade do século XIX e mais especificamente aqueles que analisam a Cabanagem. Embora tenha sido responsável pela elaboração de vários outros estudos, como: *O Brasil Político (1858)*,⁹ *Abertura do Amazonas (1867)*,¹⁰ *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni (1900)*,¹¹ *Um Capítulo de História Colonial do Pará (1894)*,¹² *Visões do Crepúsculo (1898)*,¹³ além do artigo denominado *Catechese de índios no Pará*,¹⁴ publicado em 1902, foi através de *Motins Políticos* que Raiol adquiriu o seu maior reconhecimento e ascensão pessoal.

Além disso, a partir da produção deste livro, este autor também compartilhava de um desejo presente entre a intelectualidade brasileira,

15

Ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, Rio de Janeiro, vol.156, n.388, p.459-613, jul/set 1995. SCHWARTZ, Lília K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.01, Jan/1988.

16

SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.101.

17

Ibidem.

18

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.65

19

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.217

20

Catálogo da primeira série de uma galeria histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, p.36, 1918.

21

Conflito militar considerado o mais sangrento da América do Sul, no qual o Paraguai, governado pelo ditador Francisco Solano Lopez enfrentou e foi derrotado pela chamada *Triplíce Aliança*, composta após o início da Guerra por Brasil, Argentina e Uruguai. O conflito, além de seus milhares de mortos, ocasionou a destruição do Paraguai e o aumento do endividamento externo dos outros países participantes. Ver: CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1975. MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai - a grande tragédia rio-platense*. São Paulo: Global, 1980.

centrada na perspectiva de penetrar no seletivo grupo pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),¹⁵ que se caracterizava como um "espaço marcado por uma teia de relações pessoais",¹⁶ no qual predominava "o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial"¹⁷.

Pautado nestas questões, e baseando-se na utilização de fontes bibliográficas e documentais diversas, o presente artigo tem como objetivo analisar a inserção do autor Domingos Antônio Raiol, nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1866, propiciada a partir da publicação da obra *Motins Políticos*, e cujo percurso não dependia apenas da capacidade intelectual, mas envolvia uma forte interação com múltiplos interesses da monarquia brasileira.

Por isso, em um contexto no qual as elites nacionais eram expressivamente compostas por membros do bacharelado, se constituindo numa espécie de "ilha de letrados num mar de analfabetos",¹⁸ as relações entre produção histórica e atividades políticas não podem de forma alguma ser dissociadas, interagindo mutuamente entre si, e deixando marcas profundas nas idéias expressadas por diversos autores, pois as narrativas "não era apenas o passatempo (...) era também o caminho da ascensão"¹⁹ no restrito grupo dominante.

Nesse sentido, a obra *Motins Políticos* não deve ser dissociada das perspectivas intelectuais e políticas vivenciadas na época, como em compartimentos distintos. Ela também pode ser percebida a partir dos ideais de consolidação de uma história nacional, valorizadora do sistema Imperial e que funcionou também como uma espécie de "passaporte" para seu autor alcançar a condição de sócio-correspondente do IHGB.

Esta inserção de Domingos Antônio Raiol, que teve sua vida institucional marcada pela constante defesa dos princípios do "Partido Liberal, que o elegeu deputado provincial e do qual foi mais tarde um dos próceres",²⁰ não pode ser separada de sua ligação com os ideais políticos do regime monárquico, que além de ter atuado como Presidente provincial foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão do Guajará em 1883.

Porém, antes de analisar a ascensão de Raiol aos quadros hegemônicos da inteligência imperial, é importante conhecer o contexto histórico de elaboração dos primeiros tomos da obra *Motins Políticos* na década de 1860, caracterizados por coincidir com a ocorrência de um importante conflito responsável por sérias ameaças ao regime imperial: a Guerra do Paraguai.²¹

Abordando a temática da guerra em uma época de guerra

O contexto da década de 1860 foi marcado por intensas atribuições nas questões políticas, sociais e internacionais, envolvendo o Império, cuja mais dramática foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Evento responsável por deixar marcas profundas não apenas nos quadros políticos, sociais e econômicos do Império, como também em sua intelectualidade.

Nesse sentido, a produção historiográfica nacional não esteve imune a esse conflito internacional, publicando, na segunda metade dos anos 1860, alguns pronunciamentos, como o realizado em 1866, pelo Dr. Joaquim Manoel de Macedo, no qual homenageava o falecido político, militar e nobre imperial Paulino José Soares de Sousa (1807-1865), o Visconde do Uruguai, uma das lideranças brasileiras na:

22

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo XXIX, segunda parte, Tip. de Pinheiro e Comp., p.475, 1866.

23

PINTO, Antônio Pereira. Limites do Brasil (1493 a 1851). *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXX, B. L. Garnier – Livreiro-editor, 1867

24

PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva. Esboço biographico do General José de Abreu, Barão do Serro Lago. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXXI, parte primeira, B. L. Garnier – Livreiro-editor, 1868.

25

Ibidem, p.63.

26

Ibidem, p.407-408.

27

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.304

28

Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos deputados, sessão em 28 de maio de 1866. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C.. 1866. p.235

Luta com o dictador Rosas, (...) dando em resultado a effectiva independencia e integridade do Estado Oriental do Uruguay, as mesmas condições ao Paraguay, a libertação da Republica da Argentina, e, em direito ao menos, a livre navegação dos grandes rios que formam a bacia do Prata.²²

Outro sinal dessa influência da guerra na produção historiográfica brasileira pode ser percebido na publicação de estudos relacionados às ações brasileiras na região platina no passado, como por exemplo, na edição da revista do IHGB de 1867, em que foi apresentado o trabalho intitulado *Limites do Brasil (1493 a 1851)*,²³ no qual o autor Antônio Pereira Pinto teceu uma exposição das disputas fronteiriças naquela área desde a época colonial, ou em 1868, no estudo de Jose Maria da Silva Paranhos Junior, denominado *Esboço biographico do General José de Abreu*,²⁴ militar que havia participado do processo de lutas na região durante o primeiro reinado, livrando "a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul da invasão estrangeira"²⁵.

Este estudo, responsável pela inserção de Jose Maria da Silva Paranhos Junior nos quadros do IHGB, causou reações positivas na intelectualidade desta instituição, particularmente por enfatizar uma temática que se encontrava no centro das atenções naquele momento, como ressaltou em um relatório, presente na mesma revista, o Cônego Dr. J. Caetano Fernandes Pinheiro:

O Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior prendeu a atenção do Instituto com a leitura da estimavel - *Biographia do General José de Abreu, barão do Serro Largo*, que lhe serviu de titulo de admissão, e de que vos fallei em meu anterior relatorio. Occulta o modesto titulo de biographia a minuciosa historia dos grandes acontecimentos que se passaram na plaga austral do Brasil, ou nas ribeiras do Prata, onde nossa honra ou graves interesses compromettidos levaram as armas, quasi sempre victoriosas, do Imperio. O nome de José de Abreu era tão legendario como mais tarde devêra ser o de Osorio, porque pertencem ambos a essa raça intelligente e vigorosa que a providencia collocou de atalaia em nossas agitadas fronteiras.²⁶

Por meio destas palavras, é possível observar que além dos eventuais elogios ao estudo em questão, havia entre os membros da intelectualidade nacional o interesse em analisar o passado da região na qual ocorria a Guerra do Paraguai, ressaltando o papel de alguns de seus heróis. Estes, por meio de seus feitos, seriam diretamente associados às lideranças militares que estavam em campanha na região durante a década de 1860, como Manuel Luís Osório e José de Abreu, que havia lutado no Prata durante o primeiro reinado.

Assim, mais que simplesmente informar sobre o passado de conflitos na região platina e seus heróis, os artigos publicados na revista do instituto, ao longo do momento no qual ocorria a Guerra do Paraguai, possuíam o objetivo de valorização do espírito patriótico e de uma memória que destacasse o papel do Estado Imperial ou de alguns personagens considerados heróicos. Essa exaltação dos ideais patrióticos recebia o incentivo da "corte, que comemorava como podia cada nova batalha"²⁷ vencida.

Domingos Antônio Raiol, na época deputado, apoiou as ações brasileiras no conflito, ressaltando em 1866, em uma de suas falas no parlamento que a "debellação da guerra era um facto para o qual todos os Brasileiros devião concorrer, e de facto concorrerão com sacrificio e nobre

29
Ibidem, p.236.

30
Ibidem.

31
RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos...*, Op. Cit. Vol.2. p.413.

32
Ibidem, p.412.

33
Ibidem, Vol.3. p.881.

34
FERREIRA, L. M. Ciência Nômada: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.13, n.2, p.271-292, abr-jun/2006. p.282

dedicação; era um pensamento patriótico que devia estimular a todos"²⁸. Ele também incentivava os brasileiros a vingar "a honra nacional, offendida pelo despota do Paraguay"²⁹, formando "um só corpo para melhor repelir o agressor"³⁰.

Nessa atmosfera de tensão gerada pela guerra e a conseqüente ameaça a estabilidade da monarquia, sua narrativa analisou os *motins* ocorridos na Amazônia algumas décadas antes, não apenas como ameaçadores da ordem política regional, mas também como simbolizadores de um quadro de perigo às instituições da nação e de fragmentação territorial do Brasil.

A obra *Motins Políticos*, cujo primeiro tomo foi publicado em 1865, portanto na mesma época em que este conflito se iniciava, não pode ser dissociada em sua produção desse acontecimento que abalava as estruturas do Império. Seu autor tinha consciência da relevância de enfatizar em sua narrativa que é "dever de todo cidadão concorrer para a prosperidade de seu país com sacrifício mesmo de seus cômodos"³¹. Raiol também considerava essa narrativa como uma espécie de "serviço a pátria", que deveria ser prestado tanto pelos cidadãos pertencentes as "altas cumeadas do poder como nos últimos degraus da escala social"³². Assim, o Barão ressalta ainda nessa obra a trajetória de Francisco Nogueira, irmão mais jovem do líder cabano Eduardo Angelim, que enviado ao Rio de Janeiro em 1836, seguiu depois como soldado para o Rio Grande do Sul, onde adquiriu terra e constituiu família. Contudo, teve sua vida marcada pela participação na Guerra do Paraguai, pois:

Quando o ditador Rosa declarou guerra ao Brasil, perdeu quase tudo, saqueada como foi sua fazenda de gado, que ficava nas fronteiras. Estabeleceu então a sua residência em Bagé. Aí, na guerra do Paraguai, alistou-se como capitão em um dos batalhões de voluntários da pátria e seguiu para a campanha contra o ditador Lopes. Distinguiu-se sempre pelo seu valor, e na invasão de 18 de julho de 1866 recebeu morte gloriosa em desagravo da honra nacional.³³

Ao ressaltar a experiência de vida do irmão de Angelim, Raiol deixa transparecer alguns pontos importantes e pouco conhecidos que envolveram a narrativa de *Motins Políticos*. Primeiramente, a ênfase ao clima de ameaça paraguaia, que existia enquanto durou o conflito na região platina. Além disso, a própria trajetória de Francisco Nogueira, que passa de jovem integrante das "turbas" no Pará a herói de guerra no Paraguai pode ser tomada como um exemplo importante, pois a participação e morte "honrosa" no sul eram observadas pelo Barão como uma forma de "redenção" e "patriotismo" que não poderiam deixar de estar presentes em seu livro.

Raiol não enxergava sua obra somente como fruto de capacidade intelectual, mas também como um dever cívico a serviço do Império. Seus escritos não deveriam ser apreciados apenas pelos amantes da história, eles também precisariam servir para o fortalecimento de ideais patrióticos e monarquistas que estavam "ameaçados" pela Guerra.

Por outro lado, embora seja difícil precisar se a Guerra do Paraguai contribuiu de alguma maneira para uma melhor aceitação da temática abordada por Raiol, em sua obra *Motins Políticos*, não há como deixar de considerar de forma geral, no âmbito intelectual brasileiro, que este conflito acabou gerando a ruína do "projeto político centralizador do

Império",³⁴ caracterizado pela proposta de produção de uma história nacional, a ser elaborada a partir das províncias, e que havia sido iniciado nas décadas anteriores.

Contudo, para o autor de *Motins Políticos*, estas mudanças de perspectivas ocorridas no império e respectivamente na proposta intelectual centralizadora do IHGB, parecem não ter causado nenhum abalo mais profundo em seu caminho rumo à condição de sócio-correspondente, que também era fortalecido pelo papel de político monarquista que exercia.

O monárquico IHGB

O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro. Ele contava com o incentivo da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), que possuía entre outras finalidades "promover o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária do país"³⁵.

Sua criação, além da inspiração francesa através do *L'Institut historique de Paris*, teve papel importante do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e de Januário da Cunha Barbosa, além da proteção e do apoio econômico imperial, já que a "nação recém-independente precisava de um passado do que pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro"³⁶. Percebendo essas "necessidades", D. Pedro II, que havia assumido o trono dois anos depois, em 1840, se caracterizou como um dos admiradores e incentivadores daquela instituição, que durante décadas se constituiu em representante dos interesses intelectuais da monarquia, tarefa considerada necessária em um regime que buscava firmar-se em uma época de grandes contestações e revoltas provinciais.

Além disso, o surgimento do IHGB também pode ser percebido como fruto dos interesses de uma pequena elite intelectual brasileira, pertencente ou ligada à capital imperial, que estava adaptando-se à autonomia política conquistada na década anterior. Era essa elite que sentia necessidade de possuir um espaço cuja finalidade residia na elaboração de uma história nacional monarquista e católica, inspirada evidentemente nos valores europeus, particularmente franceses, como veremos nas páginas a seguir, mas que acima de tudo simbolizassem uma tarefa centralizadora, e também "civilizadora":

O sentido subjacente a esse novo tipo de associativismo sociocultural, que ganhou forte impulso no Segundo Reinado, pode ser analisado com base em duas motivações centrais. Em primeiro lugar, ele serviu como canal de organização e estímulo para a própria elite intelectual, que buscava encontrar o seu espaço de atuação no contexto de um país dotado de vida cultural ainda muito incipiente. Em segundo lugar, assumiu uma posição política mais ampla, apresentando-se como uma tarefa civilizadora, uma condição mesma para a admissão do Brasil no concerto das nações civilizadas.³⁷

Se nos primeiros anos o IHGB teve como estímulo a organização e reconstrução do passado colonial, envolvendo-se nos novos tempos da política Imperial constitucionalista, depois da maioria do Imperador Pedro II a mesma instituição teve seu papel fortalecido e ampliado, constituindo-se em local da memória nacional que se criava e campo de

35

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças...*, Op. Cit.. p.101

36

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.25

37

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p.173.

38

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. p.267.

ação dos políticos imperiais recém emancipados. Formada por burocratas, advogados, médicos, engenheiros etc., esse "cenáculo dos pensadores da época sob a égide do imperador"³⁸ estava em busca de espaço, prestígio e da perspectiva de aproximar o Brasil das nações civilizadas.

Essa instituição possivelmente não teria a mesma abrangência e penetração nas diversas províncias sem o incentivo oficial, propiciado pelo próprio D. Pedro II, que além de conhecido admirador da história, prestou apoio financeiro e moral, constituindo-se num dos principais interessados pelo sucesso da mesma. O apoio e interesse destinado pelo regime imperial brasileiro ao IHGB eram justificados, pois segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz:

39

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.353

O IHGB daria à monarquia brasileira uma nova história, uma iconografia original e uma literatura épica. Neste local, enquanto o passado era lembrado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envolvidos em cenários românticos, já a realidade surgia como um governo acima de qualquer instituição e a escravidão era literalmente esquecida.³⁹

Foi por incentivo do IHGB, em particular da revista deste instituto, que a pesquisa e investigação do passado colonial e imperial ganharam força. Nessa revista, publicada ininterruptamente durante o Império, cujas primeiras edições começaram a ocorrer a partir de 1839, a pesquisa histórica brasileira efetivou-se de forma mais sistemática. Em suas páginas eram divulgados estudos sobre o passado colonial e imperial (encomendadas e/ou premiadas pelo IHGB), que levaram homens como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capristano de Abreu a efetivarem viagens e levantarem documentos em arquivos no Brasil e no exterior. Por meio destas viagens científicas, cujo destino era principalmente a Europa, estes estudiosos, com incentivo do IHGB, conseguiram realizar descobertas no campo historiográfico:

40

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.39

Sob a égide do Instituto, realizaram obra de grande mérito divulgando e procurando manuscritos esquecidos ou esgotados. Devemos a ele a revelação de inúmeros cronistas e memorialistas que constituem, por assim dizer, a base das informações sobre a vida colonial.⁴⁰

Naquele contexto, além de arquivar e publicar documentação referente ao passado do Brasil, um dos objetivos desta instituição consistia na elaboração de uma história "oficial" para o país, que só seria possível através da construção das diversas histórias provinciais, realizadas a partir da colaboração de sócios correspondentes.

O projeto estabelecido pela elite intelectual brasileira, criadora do IHGB, possuía como um dos fios condutores a ramificação das memórias históricas das diversas províncias do Império, além de consolidar uma política de caráter centralizador, pois se a "extensão territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção à centralização"⁴¹.

Para a consolidação deste projeto, tornava-se tarefa fundamental angariar novos associados em todo o território nacional. Assim, o IHGB teve nos anos subsequentes ao seu surgimento, a adesão de diversos intelectuais e políticos brasileiros, imbuídos do espírito de elaborar para a Nação um passado histórico. Este mesmo projeto também se adequava

41

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil...*, Op. Cit., p.27.

42
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador...*, Op. Cit., p.126.

43
Ibidem, p.127.

44
VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p.223.

45
GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos Trópicos...*, Op. Cit., p.9.

46
RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.119.

ao próprio processo de construção do império brasileiro, em seus valores culturais e principalmente a unidade territorial, ambos influenciados pelo pensamento europeu.

No contexto posterior, particularmente após a década de 1850, o "IHGB se afirmaria como um centro de estudos ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais",⁴² pois contava com o incentivo cada vez maior do Império.

Ademais, estabelecido sob a égide do regime imperial, o IHGB, era composto hegemonicamente por membros da "'boa elite' da corte e de alguns literatos selecionados"⁴³ que possuíam em comum, o fato de estarem ligados e identificados quase sempre aos interesses político-sociais dominantes, pois como o instituto simbolizava a "mais importante instituição cultural da monarquia. Natural, portanto, que fôssem titulares do Império muitos de seus sócios"⁴⁴.

Por isso, apesar do IHGB curiosamente definir-se: "fundamentalmente, como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo neutra em relação às disputas de natureza política-partidária",⁴⁵ ela não estava dissociada destas questões, pois contava com um incentivo econômico concedido pelo regime imperial, através do qual adquiria relações próximas com as lideranças políticas da época. Assim, também funcionava "como espaço de unificação das classes dominantes, que se converteram efetivamente em classe dirigente"⁴⁶. Não por acaso, a elite formadora do quadro

Quadro dos membros dirigentes do IHGB e suas atribuições políticas no Império – 1866		
Nome do sócio	Cargo no IHGB	Atribuições políticas no Império
Candido José de Araujo Viana, o Visc. de Sapucaí	2º presidente do IHGB eleito em 12 de agosto de 1847 ⁴⁷	Exerceu as atribuições de conselheiro "Ministro e Secretário d'Estado dos negócios do Império". ⁴⁸
Candido Baptista de Oliveira	1º vice-presidente	Atuou nas funções de "inspector do thesouro nacional (...) ministro residente em Turim (...) deputado por sua provincia em diversas legislaturas (...) e senador". ⁴⁹
Dr. Joaquim Manoel de Macedo	2º vice-presidente	Foi "deputado geral nas duas legislaturas de 1864 a 1868, e na de 1878 a 1881", ⁵⁰ chegando a ter seu nome cogitado "numa lista para senador do Imperio". ⁵¹
Joaquim Norberto de Sousa Silva	3º vice-presidente	Possuía o cargo de "secretario de negocios do império". ⁵²
Dr Agostinho Marques Perdigão Malheiros	Membro da comissão de admissão de sócios	"moço fidalgo da Casa Imperial" ⁵³ além de "deputado por Minas Gerais na Assembléa Nacional, filiado ao Partido Conservador". ⁵⁴
José Ribeiro de Sousa Fontes	Membro da comissão de admissão de sócios	Pertenceu ao "conselho do Imperador, medico da casa imperial". ⁵⁵
Caetano Alves de Sousa Filgueiras	Membro da comissão de admissão de sócios	"Presidiu a provincia de Goyaz e, depois de uma comissão de que o encarregava o governo imperial". ⁵⁶

Fonte: SCHWARTCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op. Cit. p.105; Decreto nº 237 - de 27 de Novembro de 1841. In: Collecção das Leis do Imperio do Brasil. Tomo 4º. Parte 1, Seção 28ª. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1841. p.62; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.24; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.184; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Diccionario do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.576-577; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. V. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899. p.150.

administrador do IHGB, na década de 1860, possuía nítidas relações com a política Imperial, assumindo importantes cargos no executivo ou legislativo

47
SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças...*, Op. Cit., p.108

48
Ibidem.

49
RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação...*, Op. Cit., p.116.

50
MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850.

51
VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.576.

52
MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

53
Idem. Ordem do dia. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo XXXI, parte primeira, B. L. Garnier – Livreiro-editor, p.349, 1868.

54
Ibidem, p.353.

55
Ibidem.

56
SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças...*, Op. Cit., p.101.

do regime monárquico. Como pode-se observar no quadro abaixo:

Através deste quadro, é possível perceber a correlação entre historiografia e política durante o Império, na qual a construção do passado nacional estava monopolizada nas mãos de uma intelectualidade majoritariamente enobrecida, e com vínculos sólidos com o poder dominante.

Assim, não era nenhuma coincidência a descoberta na qual parte considerável dos novos sócios brasileiros, inseridos durante a gestão do relator Perdigão Malheiro, integravam as "hostes" do Partido Conservador e a ala moderada do Partido Liberal, pois entre os principais membros do instituto, aqueles que de fato decidiam pela inserção ou não de novos intelectuais na casa, havia uma ligação muito próxima com esses grupos. Por isso "enquanto políticos influentes",⁴⁷ estes intelectuais foram responsáveis por "imprimir ao IHGB sua principal feição: a de um estabelecimento voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial"⁴⁸.

Para reforçar estas idéias, entre os próprios membros da comissão avaliadora deste instituto na época, pairavam dúvidas acerca da "competência intelectual" ser o componente necessário para a entrada de novos historiadores. Assim, no "recrutamento de sócios, o IHGB privilegia o prestígio social mais do que a produção intelectual".⁴⁹

Um bom exemplo dessa situação pôde ser percebido em uma seção realizada em 25 de setembro do ano de 1868, quando o Jurista e historiador Agostinho Marques Perdigão Malheiro, autor entre outros estudos de um *Índice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil*,⁵⁰ "seu primeiro livro, responsável pelo seu ingresso no IHGB"⁵¹ e da obra *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*,⁵² entrou em atrito com alguns membros da comissão subsidiária de geografia, e pediu a mesa que resolvesse a seguinte dúvida: "se em vista do art. 6º dos estatutos basta a sufficiencia litteraria do candidato para ser admitido socio effectivo ou correspondente"⁵³.

Dias depois, o quadro se agravou, pois a "comissão subsidiaria de Geographia", possivelmente percebendo alguma dificuldade de inserção de H. A. Schutel, autor do *Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo na província do Rio-Grande do Sul*, como sócio no Instituto enfatizou que o "trabalho d'este senhor ha matéria mais apropriada aos fins do Instituto do que a de outras memorias que serviram de titulo de admissão á diversas pessoas"⁵⁴.

Tempos mais tarde, na sessão de 9 de outubro de 1868, Perdigão Malheiro, em razão das palavras proferidas anteriormente, da possível ausência de respostas plausíveis para suas indagações realizadas anteriormente, e ao perceber que estava sendo ainda mais criticado em razão dos critérios de escolha para novos membros do Instituto, aprofundou suas colocações, ao expressar que "parece, com esse juizo comparativo, fazer-se alguma censura quanto à admissão d'essas diversas pessoas; censura que recahiria sobre o Instituto, sobre a comissão respectiva, e mais particularmente sobre o seu relator"⁵⁵.

As afirmações do relator Perdigão Malheiro, são reveladoras, pois permitem perceber que o IHGB possuía, pelo menos na opinião de alguns sócios da época, "um tipo de recrutamento que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual".⁵⁶

Assim, no mesmo período em que ocorria a nomeação de Domingos Antônio Raiol como sócio correspondente, o jogo de interesses políticos e disputas pessoais em favor ou contra determinadas indicações de novos

sócios para o IHGB, era algo constante e evidente.

Ademais, estas afirmações permitem perceber, que naquele contexto, o aparente "clima" de cordialidade entre os integrantes desta instituição era muitas vezes rompido, pelas possíveis " vaidades" intelectuais e também por questões político-ideológicas não diretamente reveladas.

Perdigão Malheiro, apesar das críticas á algumas posturas adotadas no papel de relator, não voltou atrás em suas opiniões, expressando que "não declino da responsabilidade toda de taes admissões. Não tenho por costume fazêl-o, porque entendo que cada um deve supportar a responsabilidade e ter a coragem dos seus actos"⁵⁷.

Ao finalizar suas colocações, Malheiro fez questão de expor o seu trabalho como relator na comissão desde 1859 até 1868, expressando que "tenho sucessivamente dado pareceres para a admissão de mais 40 socios correspondentes; ficando esperados 14 (...) Para honorarios apenas dei

57

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Ordem do dia..., Op. Cit., p.353.

58

Ibidem.

Os correspondentes são:

A. D. Pascual.	} 1859	Dr. George Martinho Thomas.	} 1864	
Braz da Costa Rubim.		Padre Angelo Secchi.		
Reybaud.		Dr. Cesar Augusto Marques.	} 1865	
Ceroni.		Dr. José de Saldanha da Gama.		
Capitão de mar e guerra Lourenço da Silva Araujo Amazonas.		Dr. Levy Maria Jordão.		
Padre Lino do Monte Carmello Luna.		} 1866	Dr. João Ribeiro de Almeida.	} 1866
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.			Dr. Antonio Henriques Leal.	
Rodrigo José Ferreira Breus.			Dr. Emmanuel Liais.	
Tenente Antonio Marianno de Azevedo.			Dr. Miguel Antonio da Silva Junior.	
			Dr. Domingos Antonio Raiol.	
Inocencio Francisco da Silva.	} 1860	Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior.	} 1867	
Francisco Evaristo Leoni.		Capitão Epitacio Candido de Sousa Pitanga.		
Jorge Cesar de Figaniere.		Tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito		
Dr. Ernesto Ferreira França.		Dr. Luiz Francisco da Veiga.	} 1868	
Conselheiro Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral.	Eduardo de Sá Pereira de Castro.			
José Franklio Massena da Silva.	} 1861	José Maria Pinto Peixoto.	} 1868	
Dr. Antonio Joaquim Ribas.		Padre Brasseur de Bourbonn.		
Capitão-tenente Manoel Antonio Vital de Oliveira.	} 1862	Cavalleiro José de Lucra.		} 1868
Conego João Pedro Gay.		Alexandre Magno de Castilho.		
João Brigido dos Santos.		Henrique A. Schudel.		
Rev. James C. Fletcher.		Vivien de Saint-Martin.		
Capitão-tenente José da Costa Azevedo.				
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.				
Dr. José Vieira Couto de Magalhães.				
		<i>Os honorarios são:</i>		
Dr. Francisco Ferreira de Abreu.	} 1863	L. Agassiz.	} 1864	
Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva.		G. Bancroft.		
João Carlos Pereira Pinto.		Luiz Augusto Rebelo da Silva.	} 1865	
D. José Maria Torres Caicedo.		Alexandre Herculano.		
Frederico Francisco de Figaniere.		Visconde de Inháima.	1868	

Lista de sócios admitidos no IHGB entre 1859 e 1868. Revista do IHGB, 1868. p. 354- 356

parecer, e foram aprovados 5, ficando esperados 3"⁵⁸. O relator complementava suas afirmações apresentado um quadro com os nomes de todos os sócios correspondentes e honorários que passaram a fazer parte do Instituto, desde o momento em que assumiu esta função, em 1859, até 1868. Na presente lista consta o nome de Raiol:

Através deste contexto de rivalidades e discussões entre os membros da comissão, pode-se observar que a escolha de novos sócios para o quadro do IHGB nem sempre ocorria de forma cordial, e muitas vezes não era motivada por questões intelectuais, mas envolvia sistematicamente

59

Ibidem, p 357

interesses político-ideológicos. Havia também divergências quanto à nomeação supostamente "excessiva" de membros estrangeiros, situação que, segundo Perdigão Malheiro, não atingia a credibilidade do instituto, pois "a comissão tem procedido com mais algum rigor a respeito dos nacionaes, não só porque é d'estes que, por via de regra, sahem os socios effectivos"⁵⁹.

Assim, além da suposta "importância" da obra para o Instituto, e da capacidade intelectual que os futuros candidatos deveriam demonstrar, alguns dos pontos que mais pesavam para a entrada no IHGB eram respectivamente a proximidade social, política e ideológica com alguns integrantes do grupo dirigente daquela sociedade, cujo pensamento era marcado por uma "leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político",⁶⁰ na qual o "historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica"⁶¹.

Por isso, embora a publicação de *Motins Políticos*, como será visto no próximo tópico, representasse o "cartão de entrada" do autor e deputado Domingos Antônio Raiol nos quadros do IHGB, valendo como uma espécie de "batismo intelectual" deste bacharel-historiador, é evidente que a atuação no campo político-institucional tenha sido determinante, favorecendo não apenas o contato com os intelectuais da "casa" como "facilitando" decisivamente o "trâmite" da sua proposta de adesão.

Ademais, além dos interesses políticos, a escolha de novos sócios para o quadro deste Instituto também envolvia a perspectiva de "construção da história nacional". Nesse sentido, boa parte dos trabalhos selecionados na época, tinham que dedicar-se a temáticas que envolvessem a perspectiva de valorizar e reconstituir a cultura, a história ou aspectos geográficos do Império. Dessa forma, o quadro exposto a seguir apresenta a formação/atividade e as obras responsáveis pela inserção no IHGB dos demais sócios correspondentes, escolhidos durante alguns anos da gestão de Perdigão Malheiro como relator no Instituto, mais especificamente no período de 1860 a 1866, ano no qual Domingos Antônio Raiol foi nomeado:

60

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos Trópicos...*, Op. Cit., p.16.

61

Ibidem, p.16.

Formação, atividades e tipologia das obras apresentadas ao IHGB – 1860-1866				
NOME	ANO	TÍTULO	ATIVIDADE	OBRA
1-Innocencio Francisco da Silva	1860	Diccionario bibliographico portuguez e bras.	Esc. estrangeiro	Obras gerais
2-Francisco Evaristo Leoni	1860	O Gênio da lingua portugueza.	Militar Estrangeiro	Ling. Portuguesa
3-Jorge Cesar de Figanière	1860	Epitome chronologico da historia dos Reis de Portugal.	Bibliophilo Estrangeiro	História Portuguesa.
4-Ernesto Ferreira França	1860	Chrestomathia da lingua brasilica e Memoria acerca dos limites do Brasil.	Ministro do Império	Lingua Portuguesa
5-Conselheiro Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral	1860	Direito Administrativo brasileiro.	Bacharel e Desembargador	Direito
6-Dr. Antônio Joaquim Ribas	1861	Memória sobre a navegação no Paraná e seus afluentes.	Cat. da Faculdade de Direito de S.P.	Geografia histórica
7-José Franklin Massena da Silva	1861	Mappas Corographico, geologico e mineralogico do Sul da provincia de Minas Gerais.	Catedrático de geog. e matemática	Geografia histórica
8-Capitão-tem.Manoel Antonio Vital de Oliveira	1862	Cartas do Brasil entre o rio Mossoró E o de São Francisco do norte.	Militar	Geografia histórica.
9-Cônego João Pedro Gay	1862	Historia da Republica Jesuítica do Paraguai.	Padre-naturalizado brasileiro	História Colonial
10-João Brígido dos Santos	1862	Chronica dos Cariris.	Professor	História Colonial
11-Rev. James C. Fletcher	1862	O Brasil e os brasileiros.	Rev. estrangeiro	Viagem
12-Capitão-tenente José da Costa Azevedo	1862	Manuscrito com apontamentos geographicos sobre o Brasil.	Militar	Geografia histórica.
13- José Vieira Couto de Magalhães	1862	Hist. da conjuração mineira de 1720.	Naturalista	História Colonial
14-Manuel Duarte Moreira de Azevedo	1862	Pequeno Panorama do Rio de Janeiro.	Bacharel	Geografia histórica.
15-Dr. Francisco Ferreira de Abreu	1863	Exhumação dos ossos de Estacio de Sá.	Prof. de med. legal	História Colonial
16-Dr. Luís Antonio Vieira da Silva	1863	Historia da Independência da Provincia do Maranhão.	Bacharel e Cirurgião da corte	História Imperial
17-João Carlos Pereira Pinto	1863	Memoria (manuscripta) sobre os limites do Império com a Republica da Bolivia.	Consul do Brasil em Buenos Aires	Geografia histórica.
18-Frederico Francisco de Figanière	1863	Memórias das Rainhas de Portugal.	Sec. da Legação de S. M. F.	História portuguesa.
19-D. José Maria Torres Caicedo	1863	Ensaios biographicos e de critica litteraria sobre os principaes poetas latino-americanos.	Consul da Venezuela.	Obras Gerais
20-Dr. George Martinho Thomas	1864	Assumptos americanos	Bibliotecário da Biblioteca Real de Munique.	História Diplomática
21-Padre Ângelo Secchi	1864	Estudos Astronômicos.	Diretor do observ. do Col. Romano.	Obras Gerais
22-Dr. Cesar Augusto Marques	1865	Apontamentos para o diccionario historico, geographico, topographico e est. do Maranhão.	Médico	Obras Gerais
23-Dr. Levy Maria Jordão	1865	Obra sobre numismatica.	Bacharel	Obras Gerais
24-Dr. José Saldanha da Gama	1865	Config. e descripção de todos os órgãos fundamentaes das principaes madeiras de cerne e brancas da provincia do RJ.	Bacharel	Obras Gerais
25- Dr. João Ribeiro de Almeida	1866	Rel. da Corveta Imperial marinheiro.	Bacharel	História Imper.
26-Dr. Antonio Henriques Leal	1866	Obras de João Francisco Lisboa.	Médico e deputado	Obras Gerais
27-Dr. Emmanuel Liais	1866	O Espaço celeste	Astrônomo	Obras Gerais
28-Dr. Miguel Antonio da Silva Junior	1866	Memoria sobre a invenção dos balões acrosiaticos.	Bacharel	Obras Gerais
29-Dr. Domingos Antônio Raiol	1866	Motins Politicos, ou historia dos Principais acontecimentos politicos da provincia do Pará desde o ano de 1821 até 1835	Bacharel e pres. provincial	História Imperial

Tabela por mim organizada a partir de artigos e pareceres constantes nas seguintes revistas do IHGB: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII, Rio de Janeiro: Typ. de Luiz Domingos dos Santos. 1860. p. 683 -684; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1861. p. 725 - 734; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1862. 665 - 688; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1863. p. 874 - 890; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1864. p. 379 - 380; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVIII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1865. p. 290 - 323; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor.1866.p.341-4

Através deste quadro, caracterizado por mostrar 10 obras de História, 9 de temas gerais, 6 de Geografia, 2 de Língua Portuguesa, 1 de viagem e 1 de Direito, selecionadas durante a gestão do relator Perdigão Malheiro, pode-se perceber que mesmo com certa diversidade dos intelectuais escolhidos na primeira metade da década de 1860 para compor o grupo de sócios correspondentes do IHGB, havia preferência na opção de membros do bacharelado, militares ou de lideranças políticas aliadas ao regime Imperial.

Além disso, mesmo com a multiplicidade de atividades apresentadas entre os novos sócio-correspondentes do IHGB, o quadro permite verificar que 15 dos 22 brasileiros aprovados para compor as hostes do instituto, direta ou indiretamente ligavam-se ao aparelho de estado imperial. Assim, o ministro imperial Ernesto Ferreira França, o conselheiro Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, os presidentes provinciais José Vieira Couto de Magalhães e Domingos Antônio Raiol, os deputados Antônio Joaquim Ribas e Antonio Henriques Leal, os militares Manoel Antonio

Vital de Oliveira e José da Costa Azevedo e o médico da Corte Luis Antônio Vieira da Silva, faziam parte do quadro de intelectuais responsáveis pela produção histórica e geográfica no Brasil.

Ademais, a observação do quadro de sócios correspondentes nomeados na primeira metade da década de 1860, permitiu verificar que uma das preocupações existentes no Instituto, em reunir informações e documentos variados, consistia no objetivo de “fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais”⁶². Assim, ao mesmo tempo em que a participação política adquiria um peso considerável, a elaboração de trabalhos que possuíssem a perspectiva de estabelecer a valorização dos ideais patrióticos e civilizatórios também era bem aceita aos olhos dos membros deste instituto.

Muito mais que uma “Academia” onde se incentivava a pesquisa histórica e geográfica, o IHGB funcionava como uma espécie de “arquivo da memória nacional”, no qual intelectuais diversos, associados ou não, enviavam seus estudos ou artigos variados.

Além disso, em uma época na qual os círculos da inteligência brasileira estavam majoritariamente ligados ao cenário político imperial, a inserção de Raiol no quadro do IHGB simbolizava também mais uma vitória em prol de sua ascensão nestes dois mundos, marcados na época, pela exigência não apenas de prestígio social, mas também no esmero de um vocabulário erudito.

Ademais, vale ressaltar que embora a publicação de *Motins Políticos* tenha representado um grande passo do autor e deputado Domingos Antônio Raiol, que ambicionava ser inserido nos quadros do IHGB, este processo não foi tão fácil ou rápido, pois havia nos estatutos deste instituto, um longo percurso de admissão, organizado pelas comissões que avaliavam a entrada de novos sócios, como será analisado no próximo tópico.

Enfim sócio-correspondente

Embora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fosse acessível aos cidadãos pertencentes à elite, identificados com as propostas políticas e ideológicas do Império brasileiro, adentrar ao mesmo na condição de sócio não consistia numa tarefa tão simples, pois grande parte de seus componentes tinham de dar uma “prova” de sua competência intelectual para que fossem finalmente selecionados para os quadros desta instituição.

A “prova”, neste caso, consistia no envio de um estudo para o parecer das “Comissões” do instituto, que poderiam ser, dependendo do texto enviado, a “Comissão de trabalhos históricos”, a “Comissão de trabalhos geográficos”, a “Comissão de archeologia e ethnographia” etc. Estes eram também obrigatoriamente avaliados pela “Comissão de admissão de sócios”, responsável por se pronunciar sobre a aceitação ou não do suposto pretendente à inserção nos quadros do instituto.

Vale ressaltar que as propostas eram enviadas “por parecer da dita comissão á mesa administrativa que, examinando e votando sobre ella por escrutínio secreto, deverá apresenta-la em assembléa geral para ser definitivamente aprovada.”⁶³ Além de todo este percurso, a vida pessoal, intelectual e profissional do candidato a vaga de sócio também era analisada, e caso sua admissão fosse concretizada, a revista do instituto publicava um pequeno esboço biográfico do novo sócio.

Por isso, juntamente com a atividade parlamentar que estava iniciando nos primeiros anos da década de 1860, a produção de suas primeiras obras simbolizavam esses ideais, fato que contribuiu para o crescimento de seu prestígio junto aos integrantes do instituto, a ponto dos membros da comissão de admissão de sócios expressarem que "o Dr. Raiol é um nome conhecido já no mundo litterario; o seu trabalho revela suas habilitações, e é de manifesto interesse e utilidade para a historia do Brasil".⁶⁴

64

Sessão de 25 de outubro de 1866. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXIX, segunda parte, Tip. de Pinheiro e Comp, 1866, p.416

Naquele contexto, como já foi ressaltado, o quadro diretivo do IHGB, que tinha respectivamente como "presidente: Exm. Visconde de Sapucahy, 1º vice-presidente: Cons.º Candido Baptista de Oliveira; 2º vice-presidente: Dr. Joaquim Manoel de Macedo; 3º vice-presidente: Joaquim Norberto de Sousa Silva",⁶⁵ e na "Commissão de admissão de sócios. Os Srs. Dr Agostinho Marques Perdigão Malheiros; José Ribeiro de Sousa Fontes; Caetano Alves de Sousa Filgueiras"⁶⁶, exigia como um dos pressupostos fundamentais para a entrada de um novo membro na instituição, a publicação de um estudo, que representasse uma contribuição de importância tanto em termos regionais como nacionais.

65

Sessão de assemblea geral de eleições, em 21 de dezembro de 1860. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo XXIII, Tip. de Luiz Domingos dos Santos, 1860, p.651

Havia também por parte dos estatutos desta instituição a existência de um trâmite burocrático para a admissão de novos sócios correspondentes, no qual a comissão permanente exigia entre outros requisitos, a apresentação de uma proposta assinada por um dos membros a comissão de classe de história ou de geografia a que queira pertencer; esta proposta era "enviada por parecer da dita comissão á mesa administrativa que, examinando e votando sobre ella por escrutínio secreto, deverá apresentá-la em assembléa geral para ser definitivamente aprovada."⁶⁷

66

Ibidem, p.653.

Domingos Antônio Raiol parecia ter plena consciência da importância pessoal e política que representaria adentrar nos quadros desta instituição. Por isso, logo após ter concluído e publicado o primeiro dos cinco tomos de *Motins Políticos*, enviou prontamente o mesmo para ser analisado pelo quadro diretivo do instituto.

67

Extracto dos Estatutos do IHGB..., Op. Cit., p.19.

Mesmo produzindo o seu primeiro livro, *O Brasil Político*, em 1858, possivelmente em razão destas exigências, Raiol só conseguiu ingressar nos quadros do IHGB praticamente uma década depois, em 8 de novembro de 1866, um ano após a publicação do primeiro tomo de *Motins Políticos*, e claramente devido ao mesmo:

A comissão de admissão de socios, tomando na devida consideração a proposta de 12 de abril de 1866, assignada pelos consocios o Exm. Sr. visconde de Sapucahy, conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, é de parecer que o candidato Dr. Domingos Antonio Raiol, auctor da obra *Motins Políticos* da provincia do Pará desde 1821 até 1835, de que já offereceu a este Instituto as duas primeiras partes (desde 1821 a 1831), está no caso de ser approvedo membro correspondente.⁶⁸

68

Obras Impressas oferecidas ao Instituto no anno de 1866. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo XXIX, segunda parte, Tip. de Pinheiro e Comp. 1866, p.416.

Por meio destas palavras, torna-se perceptível que os intelectuais brasileiros interessados em compor o quadro do instituto, teriam que enviar seus trabalhos para uma comissão responsável na época pela análise dos referidos estudos, que estariam ligados ao papel político-social exercido por esses estudiosos em suas respectivas regiões.

Domingos Antônio Raiol, logo ao concluir a escrita do primeiro tomo de *Motins Políticos*, prontamente o enviou para a comissão analisadora do IHGB, que, em 1866, deu parecer favorável a sua adesão:

Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Dr. Domingos Antonio Raiol, deputado á assembléia, servindo de titulo á sua admissão o seu trabalho – Motins Políticos ou historia dos pricipaes acontecimentos politicos do Pará desde o anno de 1821 até 1835. (...) Sala das sessões do Instituto Historico, 12 de abril de 1866. – Visconde de Sapucahy. – Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. – Dr. Carlos Honório de Figueiredo.⁶⁹

69
Ibidem, p.335-336.

O trecho do documento no qual a comissão do IHGB, responsável pela admissão de sócios legitimava Domingos Antônio Raiol e outros autores como "unanimemente aprovados, (...) proclamados socios correspondentes do Instituto",⁷⁰ simbolizou, durante o império, um verdadeiro marco em termos de ascensão intelectual na região Norte, pois pouquíssimos estudiosos originários da Amazônia tinham sido até então escolhidos para integrar aquela instituição.

70
Extracto dos Estatutos do IHGB..., Op. Cit., p.363.

Desse modo, a admissão de Domingos Antônio Raiol e outros estudiosos, "unanimemente aprovados, (...) proclamados socios correspondentes do Instituto",⁷¹ em 1866, foi algo possivelmente muito comemorado pelo Barão, que tinha um perceptível apreço pelo campo intelectual em geral, particularmente pela história.

71
Ibidem.

Ademais, ele compreendia não apenas a necessidade de construção de uma história provincial, mas ressaltava a diversidade desta história em relação aos eventos europeus, os quais eram colocados em condição de superioridade, como podemos verificar nas palavras presentes em *Motins Políticos*:

E nem eu me desvaneço com a grandeza do assunto. Bem o sei também que os quadros da história paraense não poderão ser equiparados com os desses grandes povos que têm abalado o mundo; mas com certeza não são menos importantes que os das outras províncias do império.⁷²

72
RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos...*, Op. Cit., p.416.

Mesmo considerando a história provincial em um patamar inferior às das Nações consideradas "civilizadas"⁷³ da Europa, pode-se perceber, através das palavras presentes na citação, que nas percepções do Barão de Guajará havia a existência de uma equivalência entre as histórias das demais províncias imperiais, e principalmente a pretensão de uní-las, estabelecendo-se uma "história nacional", e as mesmas, de forma indireta, se constituíam em "ensinamentos" que iriam contribuir para o processo "civilizatório" das populações brasileiras.

73
De acordo com Norbert Elias, o termo civilização, passou a ser gradualmente utilizado pelos círculos nobres, letrados e burgueses europeus a partir de finais do século XVIII, para designar sinteticamente uma série de costumes, comportamentos e condições de uma sociedade como o todo. Posteriormente, começou a distinguir ou comparar povos e nações como "civilizadas" ou "bárbaras" e para expressar as diversas formas de desenvolvimento científico ou artístico dos povos. No Brasil, o termo "civilização", adaptado realidade escravista foi amplamente utilizado no século XIX, cujas elites vislumbravam na França ou Inglaterra os principais "modelos" de "civilização" a serem imitados. Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Estas palavras podem ser entendidas como uma consequência do quadro de sócios correspondentes apresentado anteriormente, pois, com exceção dos trabalhos realizados por estrangeiros, grande parte dos estudos históricos elaborados que serviram para a inserção no IHGB, durante a primeira metade da década de 1860, abordavam temáticas de amplitude nacional, ou privilegiavam o enfoque sobre outras regiões do Império, como o Sudeste, o Sul, e em menor grau o Nordeste, deixando a região Norte praticamente no esquecimento durante o período.

Além destas características, o IHGB, possuía como uma de suas propostas, uma perspectiva "civilizadora", seguindo o modelo e os estilos da cultura francesa, como pode-se perceber através da citação a seguir:

Na verdade, relações que ganham sentido se remetidas ao quadro mais amplo em que a França e o seu papel 'civilizador' fornecem os modelos da vida social e do

trabalho intelectual. Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar.⁷⁴

74

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos Trópicos...*, Op. Cit., p.12-13.

Como esclarece o historiador Manoel Guimarães, dentro do continente europeu, a França constituía-se, na percepção de boa parte dos estudiosos brasileiros do século XIX, no principal modelo de "civilização" a ser seguido e imitado. Nesse aspecto, o Brasil não representava uma exceção, mas em um dos principais focos de imitação dos valores e cultura francesa, pois "conhecer a literatura, sobretudo a francesa, era a marca de um indivíduo bem-educado".⁷⁵

75

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical...*, Op. Cit., p.211.

Por outro lado, o esforço de implementação do projeto civilizador por parte do IHGB também pode ser explicado pelo próprio contexto político-social de auto-afirmação do nascente império, sob a égide de D. Pedro II, necessitado da consolidação de uma "identidade nacional" que seguisse e imitasse os valores difundidos pela cultura europeia da época.

Vale ressaltar que a constante presença do Barão de Guajará como político no Rio de Janeiro deve ter colaborado para esta valorização da cultura francesa, pois havia "um gosto permanente pela literatura francesa, estimulada na corte".⁷⁶

76

Ibidem, p.212.

Além disso, apesar de em nenhum momento de sua obra *Motins Políticos* Raiol fazer referência direta aos objetivos do IHGB, a identificação dessa instituição com os interesses deste autor ganha importância na valorização do francesismo, pois, assim como aquela instituição, o Barão de Guajará era um defensor de objetivos centrados na busca pelo ideal de "civilização", na admiração pelos valores da cultura francesa e na defesa aberta, do regime imperial brasileiro, cujo exemplo histórico de monarquia utilizado em muitas situações era o francês, pois segundo o Barão "desde os merovingianos até o reinado do infeliz Luís XVI a França não conheceu outro regime, que não fosse o monárquico"⁷⁷.

77

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos...*, Op. Cit., p.108.

Ademais, a elaboração de *Motins Políticos* a partir de uma vasta pesquisa em arquivos também transformava Raiol em doador ativo de documentos diversos ao IHGB. Um interessante exemplo dessa situação pode ser verificado quando esse autor expressa que "êste e outros raros jornais que temos, pretendemos, findo o nosso trabalho, oferecer (...) ao Instituto Histórico como verdadeiras relíquias do passado, e lá poderão ser em tempo lidos e consultados os documentos a que nos referimos."⁷⁸

78

Ibidem. Vol.2. p.420.

Por estes e outros motivos, a publicação de *Motins Políticos* foi em geral bem recebida pelo IHGB, pois se adequava a alguns dos pressupostos desta instituição que, desde o seu início, almejava elaborar não apenas a construção da história nacional, valorizadora do sistema imperial e da interação com a cultura europeia.

Inserindo-se nas propostas do IHGB, o autor de *Motins Políticos*, acreditava que uma nação, para alcançar a civilização, deveria possuir sua história oficial, por isso, além do envio dos tomos desta obra e de outros documentos, Raiol prestava outras "contribuições" ao instituto, como por exemplo, ao remeter em outro momento para esta instituição "1 exemplar da coleção de artigos que publicou na Província do Pará, respeito á abertura do Amazonas e outros assumptos que se ligam a esta questão".⁷⁹

79

SAPUCAHI, Visconde de. Sessão em 10 de outubro de 1867. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo XXX, B. L. Garnier – Livreiro-editor, 1867, p.461.

Através da condição de sócio-correspondente, Raiol, assim como muitos representantes das elites na época, dava um passo importante na sua carreira, pois o prestígio alcançado com esta nova condição iria aproximá-lo

80

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p 23.

81

Ibidem.

82

Ver: CRUZ, Hernesto. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT, 1994. RICCI, Magda. *História Amotinada: memórias da cabanagem*. *Cadernos do CFCH*, Belém, v. 12, n.1-2, 1993.

ainda mais do círculo de poder imperial. Sua obra *Motins Políticos* também passou a ter um reconhecimento nacional, condição dificilmente alcançada por outros autores paraenses pertencentes à segunda metade do século XIX. Além disso, em uma época na qual os círculos intelectuais brasileiros estavam diretamente ligados ao cenário político imperial, a inserção de Raiol no quadro do IHGB simbolizava também mais uma vitória em prol de sua ascensão nestes dois mundos, marcados na época, pela exigência não apenas de prestígio social, mas também no esmero de um vocabulário erudito.

A partir dos percursos traçados pelo autor, advindos com a elaboração deste livro, pode-se perceber que a produção de um trabalho histórico não possui apenas relação com os eventos nele abordados mas, principalmente, envolvem-se muitas vezes “no interior de um conjunto de práticas (...) definido pela relação que estabelece com outros contemporâneos”,⁸⁰ pois o que seria “uma ‘obra de valor’ no âmbito da história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares”.⁸¹ Algo já alcançado por Raiol, ainda no início de sua atividade nesta área de conhecimento.

Vale ressaltar, que embora muitos estudos⁸² já tenham sido realizados a partir da obra *Motins Políticos*, considerada atualmente uma fonte primordial para pesquisas sobre as lutas sócio-políticas no Grão-Pará, pouco se conhece sobre os percursos desencadeados, antes e após a produção da mesma, e muito menos sobre a importância deste estudo na carreira pessoal e institucional desse historiador.

Enfim, a presente investigação sobre a inserção do autor da obra *Motins Políticos* no seletivo quadro do IHGB, constitui-se em apenas um dos caminhos para um entendimento mais substancial do pensamento de Raiol e da sua narrativa histórica; muito ainda falta ser conhecido sobre a trajetória desse político e intelectual paraense.